



FAULDADE DE DIREITO

**WORKSHOP SOBRE O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR**

***Título: Financiamento das IES na Perspectiva Empresarial: O Papel dos Bancos***

**DATA: 19 DE OUTUBRO DE 2017**

**AUDITÓRIO: *Docentes, Discentes da Faculdade de Direito e Outros Académicos da UMN***

***POR: Samuel Candundo, Ph.D.***

## Resumo

Ao longo das discussões em torno da problemática do financiamento do ensino superior em Angola, começando pela conferência do Ministério do Ensino Superior (MES), à conferência organizada pela Reitoria da UMN, até aos Workshops das Unidades Orgânicas (UO's) da UMN já realizadas, convergem as opiniões de que, à medida que a procura pelo ensino superior aumenta, reduzem-se os recursos financeiros, as infra-estruturas e os recursos humanos de suporte ao ensino superior. Igualmente, é consensual que a chave para vencer os desafios da formação dos angolanos, passa por maiores investimentos no ensino superior. Porém, a crise que afecta a economia angolana, que reduziu substancialmente as receitas públicas, desafia os actores das instituições de ensino superior (IES), a encontrar alternativas que possam minimizar o impacto negativo da redução das fontes tradicionais de financiamento. Nesta perspectiva qual é a saída para mitigar o impacto negativo dessa redução na potencialização do capital humano? A resposta, provavelmente, está na diversificação das fontes de financiamento das IES, em que se requiere que os beneficiários do ensino superior desempenhem um papel preponderante, participando com uma parcela no financiamento da sua formação, onde se requer que o sistema financeiro jogue um papel activo, concedendo empréstimos bancários estudantis, garantidos pelo Estado. Desta forma minimizam-se os problemas da falta de recursos financeiros para financiar despesas correntes, passando também a responsabilizar um pouco mais os beneficiários, que nem sempre valorizam o esforço do Estado neste sentido. A questão que se coloca é, será que o ambiente macroeconómico prevaiente favorece os bancos a desempenharem o papel de intermediação financeira, entre o Estado, o estudante e as IES's? Efectivamente, no actual contexto, o Estado não poderá arcar sozinho com o custo da formação superior, há que diversificar as fontes de financiamento das IES's no qual, temos fé, o sistema financeiro pode desempenhar um papel chave.

**Palavras-chaves:** Diversificação Fontes de *Financiamento*, *Financiamento do Ensino Superior*, *Empréstimos Bancários Estudantis*

## Índice

<b>I. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>II.- Quadro Legal do Ensino Superior em Angola .....</b>	<b>2</b>
2.1.- Enquadramento Legal .....	2
<b>III.- Caracterização do Ambiente Macroeconómico; os Produtos e Serviços Bancários Disponíveis no Mercado Financeiro Angolano .</b>	<b>3</b>
3.1.- Caracterização Macroeconómica Prevalente.....	3
3.2.- Enunciação de Produtos e Serviços Bancários para o Financiamento da Educação.....	6
3.3. Experiências Contemporâneas de Financiamento de Ensino Superior.....	8
3.3.1.- Enquadramento das Experiências de Financiamento do Ensino Superior.....	8
3.3.2. – A Experiência Moçambicana .....	9
3.3.3. – A Experiência Sul-africana .....	11
3.3.4. – A Experiência Portuguesa .....	12
3.3.5. – A Experiência Brasileira .....	15
3.3.6. – A Experiência Canadiana .....	17
<b>IV.- Conclusão e Recomendações .....</b>	<b>19</b>
4.1. Conclusão .....	19
4.2. Recomendações .....	20
<b>V.- Bibliografia.....</b>	<b>20</b>

## I. Introdução

A problemática do financiamento do ensino superior se afigura de transcendente importância no actual contexto, há cada vez mais um elevado desequilíbrio entre as necessidades financeiras das IES's e as fontes de financiamento, fruto da redução das fontes tradicionais de financiamento, sendo justo, por conseguinte, que se procurem alternativas sustentáveis, para minimizar o impacto negativo que este desequilíbrio causa no normal funcionamento destas instituições. Parte-se do pressuposto de que o investimento no capital humano, tem reflexos no impulso ao desenvolvimento económico de um país. Por exemplo, Cerdeira (2008) refere que o ensino superior tem pelo menos quatro funções importantes na dinamização das actividades económicas, uma das quais é a sua configuração como pólo de desenvolvimento do capital humano<sup>1</sup>, que induz efeitos positivos no aumento da produção e da produtividade do trabalho nas economias.

Por conseguinte, é a qualidade do capital humano, que condiciona o aumento da produtividade, consequentemente, a competitividade das economias está dependente do investimento que for feito no ensino superior. A dotação orçamental destinada ao ensino superior em Angola tem-se degradado nos últimos anos, como consequência da redução das receitas fiscais petrolíferas. A questão que se coloca é, como reduzir o impacto negativo na funcionalidade das Instituições de ensino Superior (IES), face a redução acentuada das fontes tradicionais de financiamento?

Há por conseguinte, a premente necessidade de se encontrarem alternativas reais e viáveis de financiamento do ensino superior. Uma dessas fontes é a comparticipação das famílias, através de vários serviços e produtos bancários, em que se destaca as contas juvenis e os empréstimos bancários estudantis, garantidos pelo Estado, quem também deverá suportar os juros, enquanto o beneficiário estiver a estudar. A questão que se coloca, particularmente, com os empréstimos, é de saber se o ambiente macroeconómico prevalecente, com taxas de inflação de dois dígitos, tornando as

---

<sup>1</sup> Capital humano aqui é entendido como sendo um conjunto de qualificações dos trabalhadores (conhecimento, competências e valores), que consome recursos no presente com vista a aumentar a produção futura, e que podem ser melhoradas através de um processo de aprendizagem pelo estudo. Lucas (1998), citado por Cerdeira (2008).

taxas de juro muito altas, propiciam o acesso à empréstimos bancários estudantis, tal como o que acontece em algumas jurisdições.

Portanto, propõe-se na presente comunicação reflectir, em torno da problemática do financiamento do ensino superior, apresentando em primeiro lugar o quadro legal do ensino superior em Angola; em seguida e sumariamente caracteriza-se o actual ambiente económico, na base do qual se estrutura a actividade bancária; seguidamente, aborda-se o papel que as famílias, as empresas e o sector bancário podem desempenhar na oferta de serviços e produtos bancários que facilitem as famílias no financiamento da formação dos seus ente-queridos. Finalmente apresentam-se algumas experiências de financiamento do ensino superior, incluindo uma que tivemos o privilégio de beneficiar, quer como Chefe de família, quer como beneficiário directo, refiro-me a experiência canadiana.

## **II.- O Quadro Legal do Ensino Superior em Angola**

### **2.1.- Enquadramento Legal**

O Decreto-lei nº 90/09 de 15 de Dezembro é o documento que rege o subsistema do ensino superior, estruturando-o em dois grupos: as instituições do ensino superior público e as instituições do ensino superior privado. As instituições do ensino superior público são financiadas pelo Estado, através do Orçamento Geral do Estado (OGE). Segundo o artigo 37º «*as instituições do ensino superior públicas são promovidas por iniciativa do Estado, cabendo ao Governo a competência da sua criação e a garantia do seu financiamento e desenvolvimento*». Por isso é que as Universidades Públicas são unidades orçamentadas e as UO's unidades dependentes destas. As Instituições de ensino superior privadas são integralmente financiadas através das propinas que cobram aos utentes.

Por conseguinte, em Angola, o ensino universitário público regular é integralmente suportado pelo Estado, enquanto o pós-laboral é participado pelo estudante<sup>2</sup>. Angola e o Brasil são de facto é excepção quer ao nível dos seus pares da

---

<sup>2</sup> Note-se que não encontramos nenhuma lei que regulamente o funcionamento do funcionamento do Regime Pós-laboral, o que existe é uma deliberação do Senado da UAN, que tem servido de suporte ara a gestão deste programa, impondo-se, com urgência um outro paradigma de funcionamento deste regime.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>3</sup>, quer da Comunidade da África Austral, em que o estudante comparticipa no financiamento da sua formação. Em Portugal, segundo Cabrita (2009) a comparticipação dos estudantes na estrutura de custos da formação no ensino superior nos anos 1990 rondava os 7.5%, presentemente a comparticipação ascende os 28.75% nos cursos de graduação. Nos cursos de pós-graduação (cursos de especialização, mestrados e doutoramentos), os beneficiários arcam integralmente com o encargo da sua formação, embora, haja apoios institucionais específicos do Estado (bolsas de estudo) e produtos e serviços bancários destinados a apoiar os interessados em prosseguir com formação pós-graduada. Na África do Sul, a comparticipação do estudante está entre 15% a 30%, pois depende do rendimento anual da família, segundo o relatório da HESA (2011).

O nosso tema pretende especificamente abordar as oportunidades que o mercado financeiro oferece para atender as solicitações dos pretendentes aos produtos e serviços financeiros para cobrir os encargos com a formação. Mas, para o efeito, é preciso que o ambiente macroeconómico, ou seja, as taxas de juro e outros instrumentos estejam ao alcance dos estudantes ou das famílias. No ponto que se segue pretende-se, primeiro caracterizar o ambiente macroeconómico prevalecente, pois este dita o preço do dinheiro (juro), seguindo-se a descrição de alguns produtos e serviços disponíveis no mercado financeiro angolano.

### **III.- Caracterização do Ambiente Macroeconómico; os Produtos e Serviços Bancários Disponíveis no Mercado Financeiro Angolano**

#### **3.1.- Caracterização da Conjuntura Macroeconómica**

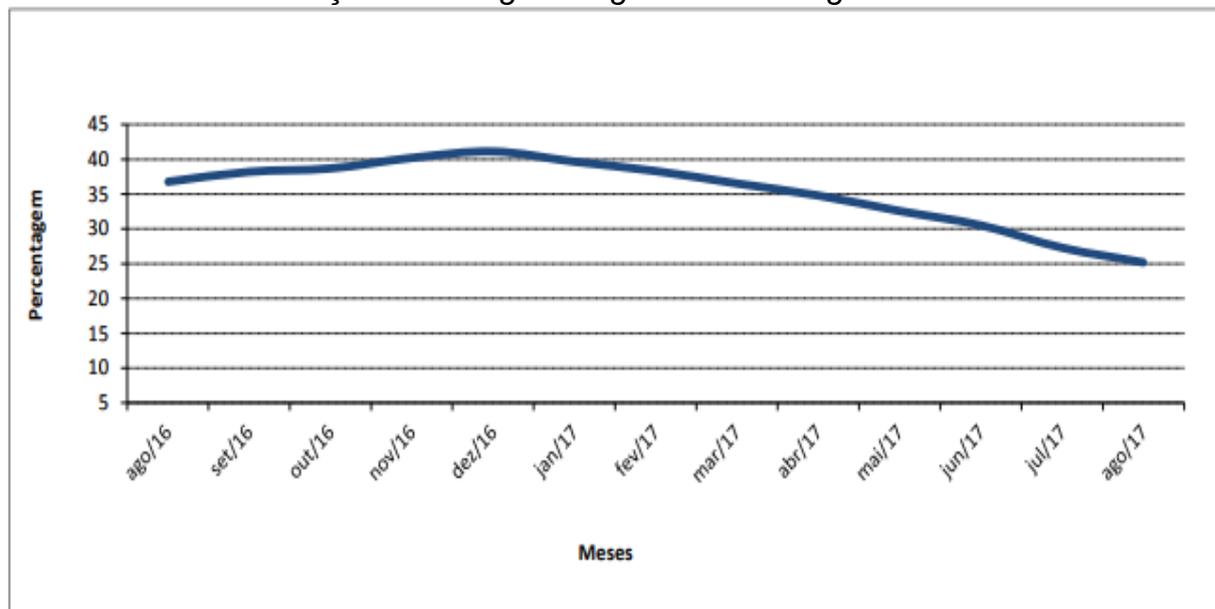
O objectivo perseguido com a caracterização macroeconómica na presente comunicação é o de ilustrar em que condições as famílias podem comparticipar no financiamento da educação dos seus entequeridos. Sem se pretender ser exaustivo, bastará evidenciar a tendência da variação de preços, vulgarmente conhecida por inflação, que como se sabe, determina as taxas de juro, ou seja, o preço do dinheiro,

---

<sup>3</sup> A excepção é o Brasil em que o ensino superior público é assumido como serviço público, por isso, integralmente financiado pelo Estado.

nas suas duas facetas, quer as taxas de juro activas, como as passivas. Igualmente, fazem-se comentários pontuais às taxas de crescimento verificados na economia.

**Gráfico nº 3.1.1- Variação Homóloga de Agosto 2016 a Agosto 2017**



**Fonte:** Instituto Nacional de Estatísticas

Crê-se não ser novidade para ninguém nesta sala que a conjuntura macroeconómica de Angola, se alterou profundamente, desde a segunda metade de 2014. A tendência decrescente da inflação que se vinha verificando alterou-se. De uma inflação acumulada de 7.45% em Junho de 2014, passou-se no período análogo de 2016 à taxa de 38.85%. Como se pode observar pelo gráfico nº 3.1.1, que apresenta a variação da inflação homóloga, precisamente comparando o período entre Agosto de 2016 a Agosto de 2017. Em Dezembro de 2016 a inflação chegou a passar a barreira dos 40%.

A redução das disponibilidades cambiais, em consequência da redução dos influxos de cambiais decorrentes da exportação de petróleo, pressionou a Balança de Pagamentos, obrigando as autoridades monetárias e cambiais (BNA), a desvalorizar a moeda nacional, para descomprimir a pressão da excessiva procura de divisas, que por sua vez, foi passando para os preços, considerando que maioritariamente a oferta de produtos de consumo, é feita na base de produtos de importação. A exportação que devia beneficiar com a desvalorização, está reduzida a um ou dois produtos (petróleo bruto e diamantes).

Além da desvalorização da moeda nacional as autoridades monetárias iniciaram um processo de redução da liquidez na economia, incrementando progressivamente a Taxa Básica de Juro, que de 8.75% em Junho de 2014, passou a 16% ao ano, em Junho de 2016, mantendo-se neste nível no presente momento. A Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (Overnight) passou de 9.75% em Novembro 2014, para 20% em Junho de 2016, mantendo-se neste nível até a presente data; e a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez á sete dias, vem de 1.75%, igualmente em Novembro de 2014, para 7.25 em Junho de 2016, tendo sido reduzida a 2.75% a Junho de 2017, onde se mantém até a presente data<sup>4</sup>.

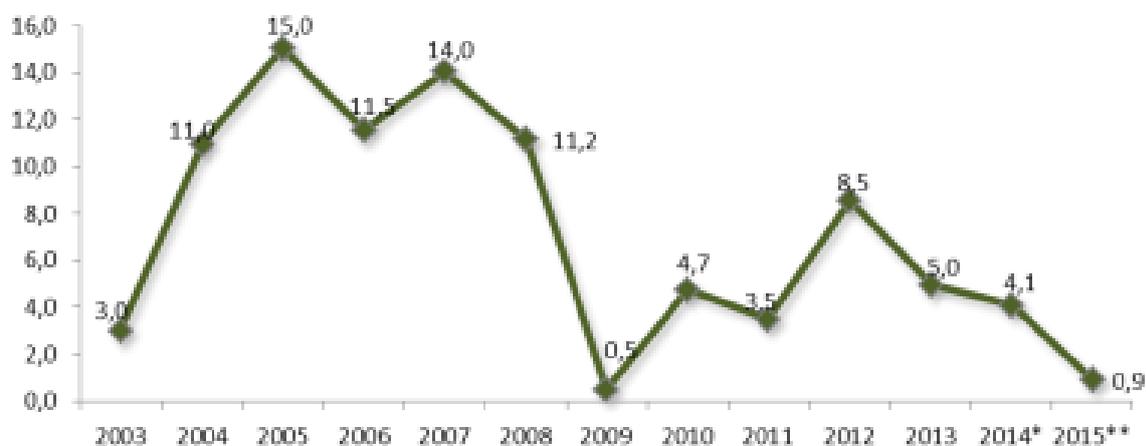
Adicionalmente, o depósito obrigatório dos bancos comerciais no Banco Central (BNA), passou de 10% em Junho de 2014, para 25% em Novembro de 2016, mantendo-se neste nível à presente data, reduzindo a disponibilidade de meios de pagamento no mercado monetário, perseguindo a redução da massa monetária em circulação, para conter a inflação.

As taxas de juro acima descritas são as que determinam o custo dos empréstimos estudantis ou a atracção dos clientes ou investidores aos produtos bancários como a conta Candengue e outros produtos, elas são determinadas pelo nível de inflação. Mas estas taxas de juro altas resultam do baixo crescimento da economia, como se pode observar pelo gráfico nº 3.1, verifica-se que das taxas de crescimento de dois dígitos dos primeiros anos da década de 2000, com a crise económica e financeira de 2008, passou-se a taxas muito reduzidas. Quase que a economia entrou em recessão em 2009, se tida em conta a taxa de crescimento demográfico, o que veio agravar-se depois de Junho de 2014, com a queda do preço do petróleo bruto no mercado internacional. A razão desta vulnerabilidade é muito bem conhecida, é a fraca diversificação da economia. As prescrições estão concebidas espera-se que produzam resultados nos próximos anos, para que a economia angolana volte a crescer ao nível dos dois dígitos, de forma a reduzir com efectividade os actuais níveis de pobreza, que acredita-se, só será possível com um forte investimento no capital humano.

---

<sup>4</sup> Segundo os Comunicados do Comité de Política Monetária (C.P.M.) do Banco Nacional de Angola (B.N.A.)

**Gráfico nº3.1.2- Crescimento real do PIB 2003 – 2015\*\***



**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística (INE)

Portanto, pode-se concluir que, o foco das autoridades monetárias, visando a redinamização da economia, passa necessariamente pela redução da inflação, cuja meta foi fixada em 15% para o ano de 2017. Espera-se que seja atingida, para que os produtos e serviços bancários sejam outra vez atractivos, complementando assim o financiamento da formação dos jovens angolanos.

### **3.2.- Enunciação de Produtos e Serviços Bancários para o Financiamento da Educação**

As famílias procuram no curto prazo empréstimos bancários para o financiamento dos estudos dos seus entequeridos, para aquisição de material escolar (computador, aplicativos informáticos, livros, etc.), pagamento do transporte, aluguer de aposentos e outras participações, no caso do ensino público regular. No caso da ensino superior privado acrescentamos as propinas. Portanto, no âmbito de serviço bancário, há oferta de serviços que possam suprir as necessidades de financiamento do ensino superior. Alguns bancos têm disponíveis ofertas de serviços bancários<sup>5</sup>, unicamente condicionados aos requisitos exigidos e ao custo, que no actual contexto de taxas de juro altas, é quase proibitivo, ou poucos orçamentos familiares são bancáveis.

<sup>5</sup> Listar os serviços disponíveis, do BFA, BMA, BPC, BAI e outros

No capítulo dos produtos bancários cuja perspectiva é de médio e longo prazo, existem produtos que diluem as preocupações de financiamento das famílias quando esta for planeada com a devida antecedência. Trata-se de contas juvenis, em que a família abre uma conta poupança juvenil, logo à nascença da criança programa-se um depósito mensal de um certo valor, que no final de 18 anos, terá acumulado o suficiente para cobrir as despesas com a sua educação. No actual ambiente de baixa remuneração dos depósitos e de desvalorização da moeda, são pouco atractivos, por isso, também pouco concorridos. O contacto que tivemos com as instituições bancárias locais, indicou existir fraca procura destes produtos. Há necessidade de o Estado criar incentivos fiscais e comparticipação para estimular a poupança das famílias para fins de financiamento futuro da educação das pessoas. Por exemplo, aceitar a dedução no rendimento do individuo o valor depositado na conta poupança juvenil, ou o Estado contribuir com o valor igual depositado na conta juvenil para fins educativos.

Aventa-se também uma maior participação das empresas no processo de financiamento da educação. Quais as oportunidades que se oferecem às empresas públicas e privadas? Aqui as alternativas disponíveis para as empresas num contexto de reduzida actividade económica, conseqüentemente, resultados financeiros reduzidos, os possíveis apoios são a comparticipação no pagamento das despesas escolares dos seus colaboradores directos ou familiares directos destes. A experiência da Sonangol, que ao longo dos anos concedeu bolsas de estudo à cidadãos nacionais, pode ser seguida por outras empresas. As empresas podem constituir, a partir dos lucros, fundos para concessão de bolsas de estudos dirigidas às suas áreas de negócio, ou genéricas de formação diversa. Por exemplo, o Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM), pode criar um fundo para concessão de bolsas nas áreas de engenharia de transportes ferroviários, porque é uma área do seu interesse, ou simplesmente, premiar o melhor estudante de engenharias das universidades das regiões em que opera (Namibe, Huíla e Cuando Cubango). As empresas devem ter uma participação activa nestes processos. Deverá no entanto, neste caso, também existir incentivos fiscais, permitindo que as contribuições sejam despesas dedutíveis nos lucros.

As dificuldades do financiamento do ensino superior afecta todos os países do mundo, sejam Países Desenvolvidos, Países Emergentes e em vias de Desenvolvimento. Entretanto, é nos países em vias de desenvolvimento, particularmente os de rendimento médio e baixo, em que a situação é mais crítica. Assistimos recentemente na África do Sul à manifestações dos estudantes, que protestaram contra as políticas de financiamento do Governo naquele país. Há no entanto, pelo mundo, experiências que vale a pena descrevê-las para que delas tiremos algumas ilações, para um melhor enquadramento da realidade angolana.

### **3.3. Experiências Contemporâneas de Financiamento de Ensino Superior**

#### **3.3.1.- Enquadramento das Experiências de Financiamento do Ensino Superior**

As políticas do financiamento do ensino superior que vêm sendo adoptadas, evidenciam uma certa influência neoliberal, impulsionadas pelas instituições de Bretton Woods (FMI e BM), que basicamente partem do pressuposto de que o ensino superior não é um bem público, pelo que, sugerem o foco do investimento do Estado no ensino de base e secundário. Há de certa forma uma certa contradição como refere Cruz (2013), que a qualidade do ensino de base depende da qualidade do ensino superior e vice e verça, na medida em que o professor do ensino de base, vem da universidade, mas também o facto de que para superar um curso universitário o estudante tem que ter boas bases. Por conseguinte, a intervenção do estado é imprescindível.

Não cai no âmbito da presente comunicação discutir se o ensino superior é ou não, serviço público. Concorde-se, porém, que o ensino superior não se enquadra nas duas características básicas para um dado serviço ser qualificado como serviço público, nomeadamente a não exclusividade e a não rivalidade. Entretanto, as externalidades positivas derivadas da formação universitária de um cidadão, me parece que suplantam a não exclusividade e a não rivalidade. Por isso, apesar desta aparente contradição, parte-se do pressuposto de que o ensino superior, tem atributos de um serviço público, requerendo, não apenas o financiamento, mas também a orientação por parte do Estado. Trás este aspecto para a discussão, apenas para

fazer o enquadramento dos modelos de financiamento do ensino superior dominantes nos países eleitos.

A questão de saber qual o modelo que melhor se ajusta à realidade de cada país, depende de uma multiplicidade de factores, entre as quais, os antecedentes históricos, políticos, culturais e económicos. Por conseguinte, convém aqui aferir que cada país tem especificidades que diferem dos outros, por isso o país deve ajustar a estratégia de financiamento às suas condições concretas. A cópia literal de modelos nem sempre produz os resultados almejados. As experiências que a seguir se relatam são apenas ilustrações genéricas, de como se procede em alguns países com os quais mantemos laços de cooperação muito próximo e que lidam com a problemática do financiamento do ensino superior. Inicia-se com a experiência moçambicana, seguindo-se a sul-africana, a portuguesa, a brasileira e a canadiana.

### **3.3.2. – A Experiência Moçambicana**

Lê-se no resumo do texto introdutório do documento que define a Estratégia de Financiamento do Ensino Superior (EFES) do Governo Moçambicano o seguinte:

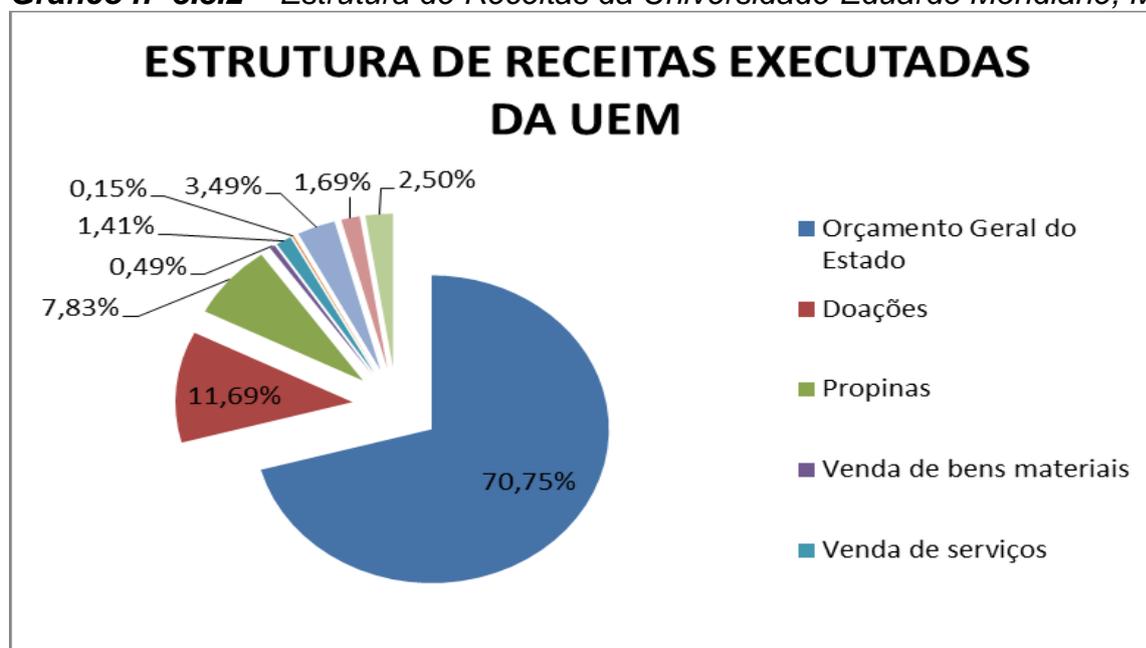
O Ensino Superior (ES) acarreta custos, portanto, nunca é gratuito. Nenhum assunto sobre o ensino superior é tão saliente, ou tão controverso, como o das finanças. Podemos discordar sobre quem assume as despesas relativas ao ensino superior: se o Estado ou se o cidadão beneficiário, mas não podemos evitar a questão dos custos. Ainda que de pontos de vista ideológicos diferentes, todos concordamos com a necessidade de melhorar o acesso, a equidade e o sucesso dos estudantes no ensino superior. Com o crescimento da demanda no país, os custos associados ao seu provimento representam um maior encargo para o Governo e colocam a necessidade de racionalizar a sua alocação, assim como exigir maior eficiência no uso dos recursos disponibilizados. Estratégia de Financiamento do Ensino Superior (EFES) (2013).

A EFES é o documento que definiu o paradigma de financiamento de ensino superior em Moçambique, no qual claramente se denota a participação do beneficiário. Consta-se também neste documento que o financiamento por parte do Estado às IES, passou a estar directamente ligado aos resultados do seu desempenho, quer pelo alinhamento dos seus currículos com os objectivos dos programas de Governo, a produção e disseminação do conhecimento, quer pelos resultados das actividades de extensão universitária. O Estado deixou de passar cheque em branco às IES's, não basta ser uma unidade orçamentada. Mas antes, o financiamento estava dependente

do desempenho das Universidades, o que incentiva o processo da prestação de contas, conseqüentemente, a transparência na utilização dos recursos.

A estrutura de receitas da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) apresentada no quadro nº 3.3.2, indica que o Estado continua a ser a principal fonte do financiamento das IES's moçambicanas, com aproximadamente 70.75%, contra os 98% antes de 2013. As propinas situaram-se em 2016 em 7.83%. Salienta-se a posição relevante das doações que foram de MT<sup>6</sup>: 415.499, representando 11.69%, afigurando-se uma contribuição significativa. Igualmente salienta-se o empréstimo bancário no valor de 60 milhões de Meticais à UEM, o que é inédito na realidade angolana.

**Gráfico nº 3.3.2 – Estrutura de Receitas da Universidade Eduardo Mondlane, MT**



**Fonte:** Relatório de actividade da UEM, disponível em <http://www.financas.uem.mz/images/stories/relatorios/raaf2016.pdf>, acedido 06/10/2017, 11:40.

Conclui-se que a estrutura de receitas da UEM evolui para uma base diversificada, com o Estado ainda a assumir uma posição de destaque. Porém, o total das receitas próprias da UEM representaram 26.74% em 2016, o que é muito positivo. Entretanto,

<sup>6</sup> Nesta altura um Dólar dos Estados Unidos de América valia 61.84 Meticais, é só fazer a taxa de câmbio cruzada, para fazer-se a equivalência dos valores em Kwanzas.

o que mais impressiona é a disponibilidade dos relatórios da actividade e das finanças da universidade, disponíveis no seu Site na Internet.

### 3.3.3. – A Experiência Sul-africana

As instituições de IES Sul-africanas públicas financiam-se principalmente de seis fontes: financiamento do Estado, propinas e receitas internas, prestações de serviços, patentes, estacionamento, arrendamento de residências, receitas financeiras, etc.. Styger (2012), refere que a contribuição do Estado tem vindo a reduzir, na década de 1997 situava-se em 60%. Nos últimos anos porém, tal como mostra a estrutura de receitas da Universidade da Cidade do Cabo (UCT) entre 2012 á 2016, apresentada no quadro nº 3.3.3, as receitas da Universidade com proveniência pública, vêm se reduzindo progressivamente, facto compensado com o incremento das propinas. Provavelmente, razão das contestações dos estudantes do ensino superior que se assistiu na África do Sul em 2017.

**Quadro nº 3.3.3 – Estrutura de Receitas da Universidade da Cidade do Cabo, Rands**

	2016	% change from PY	2015	% change from PY	2014	% change from PY	2013	% change from PY	2012
<b>Recurrent income</b>	<b>2 848</b>	<b>12%</b>	<b>2 539</b>	<b>9%</b>	<b>2 335</b>	<b>8%</b>	<b>2 167</b>	<b>7%</b>	<b>2 024</b>
State appropriations - subsidies & grants	1 306	16%	1 122	2%	1 104	3%	1 069	4%	1 027
as a % of recurrent income	46%		44%		47%		49%		51%
Tuition and other fee income	1 260	5%	1 199	17%	1 025	11%	920	11%	830
as a % of recurrent income	44%		47%		44%		42%		41%
Sales of goods & services	277	32%	210	6%	198	17%	169	10%	153
Private gifts & grants	5	-38%	8	0%	8	-11%	9	-36%	14

Fonte: [http://www.uct.ac.za/sites/default/files/image\\_tool/images/328/about/finance/reports/afs2016.pdf](http://www.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/328/about/finance/reports/afs2016.pdf)

Os subsídios e dotações do Estado, são determinados na base do desempenho, da transparência no reporte da informação académica, das graduações e da produção científica da instituição, bem como, o alinhamento com as diversas estratégias da

qualificação dos RH, da Inovação científica e programas de desenvolvimento económico do Estado.

Tendo em conta a especificidade do passado da África do Sul da segregação racial, existem programas, de pendor de discriminação positiva, favorecendo determinados grupos, quer no acesso ao ensino superior, quer na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes pertencentes a grupos desfavorecidos, com comprovado desempenho académico excepcional. Os programas são geridos directamente pelas IES's, ou seja, é a Faculdade ou Instituto que interage com o beneficiário.

Adicionalmente existem no mercado financeiro produtos e serviços especificamente desenhados para apoiar estudantes. Em termos de produtos financeiros, existem os depósitos juvenis, seguro estudantil, enquanto em termos de serviços, existem empréstimos bancários dirigidos aos estudantes, quer para a aquisição de equipamento, quer para pagamento de propinas, garantidas pelo Estado.

Conclui-se que o sistema de financiamento do ensino superior Sul-africano é diversificado, o Estado é ainda a maior fonte, embora a comparticipação dos beneficiários tenda a aumentar nos últimos anos. O Sistema financeiro oferece uma diversidade de opções aos que procuram financiamento da sua formação.

#### **3.3.4. – A Experiência Portuguesa**

A estrutura de receitas das IES's Portuguesas apresenta uma base bastante diversificada. Ainda assim, o Estado continua a ser a principal fonte de receitas das universidades. A base da nossa asserção veio do Relatório e Contas da Universidade do Porto (2016), do exercício terminado a 31 de Dezembro de 2016, que demonstra que 61% das receitas da Universidade vieram da Administração Central.

A rubrica “taxas” que inclui as propinas, os emolumentos e outras receitas associadas com os estudantes e com a gestão académica, é a segunda na estrutura de receitas com 16%. A rubrica de receitas com o resto do mundo, inclui as receitas com a mobilidade de estudantes e formação pós-graduada que trás muitos estudantes a Portugal, cujas universidades vão consolidando a sua posição no ranking mundial.

**Quadro nº 3.3.4- Estrutura de Receitas da Universidade do Porto, exercício 2016**

Receita Cobrada Líquida <sup>a</sup>	2016		2015		Variação	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Absoluta	Relativa
<b>Funcionamento</b>	<b>216.730</b>	<b>100%</b>	<b>210.637</b>	<b>97%</b>	<b>6.093</b>	<b>3%</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>210.132</b>	<b>97%</b>	<b>206.658</b>	<b>96%</b>	<b>3.475</b>	<b>2%</b>
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>35.436</b>	<b>16%</b>	<b>35.334</b>	<b>16%</b>	<b>102</b>	<b>0,3%</b>
Taxas	35.176	16%	35.010	16%	166	0,5%
Multas e outras penalidades	260	0,1%	324	0,1%	(64)	(20%)
<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>417</b>	<b>0,2%</b>	<b>575</b>	<b>0,3%</b>	<b>(158)</b>	<b>(27%)</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>158.732</b>	<b>73%</b>	<b>150.419</b>	<b>70%</b>	<b>8.313</b>	<b>6%</b>
Soc. e quase-sociedades não financeiras	821	0,4%	403	0,2%	417	103%
Sociedades financeiras	1.079	0,5%	1.108	1%	(29)	(3%)
Administração central	133.082	61%	123.238	57%	9.845	8%
Administração local	17	0,01%	15	0,01%	2	16%
Instituições sem fins lucrativos	553	0,3%	645	0,3%	(92)	(14%)
Famílias	79	0,04%	86	0,04%	(7)	(9%)
Resto do mundo	23.101	11%	24.925	12%	(1.823)	(7%)
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>14.487</b>	<b>7%</b>	<b>15.136</b>	<b>7%</b>	<b>(650)</b>	<b>(4%)</b>
Venda de bens	113	0,1%	144	0,1%	(32)	(22%)
Serviços	14.111	7%	14.749	7%	(638)	(4%)
Rendas	263	0,1%	243	0,1%	20	8%
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>1.060</b>	<b>0,5%</b>	<b>5.193</b>	<b>2%</b>	<b>(4.133)</b>	<b>(80%)</b>
Outras	569	0,3%	302	0,1%	267	89%
Subsídios	491	0,2%	4.891	2%	(4.400)	(90%)
<b>Receitas de capital</b>	<b>6.300</b>	<b>3%</b>	<b>3.908</b>	<b>2%</b>	<b>2.392</b>	<b>61%</b>
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>764</b>	<b>0,4%</b>	<b>8</b>	<b>0,004%</b>	<b>756</b>	<b>9994%</b>
<b>Transferências de capital</b>	<b>5.371</b>	<b>2%</b>	<b>3.897</b>	<b>2%</b>	<b>1.474</b>	<b>38%</b>
Administração central	167	0,1%	653	0,3%	(486)	(74%)
Administração local	54	0,02%	-	-	54	100%
Instituições sem fins lucrativos	6	0,003%	42	0,02%	(37)	(86%)
Resto do mundo	5.145	2%	3.202	1%	1.944	61%
<b>Ativos financeiros</b>	<b>152</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,3</b>	<b>0,0001%</b>	<b>152</b>	<b>60827%</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>13</b>	<b>0,01%</b>	<b>3</b>	<b>0,001%</b>	<b>10</b>	<b>313%</b>
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>298</b>	<b>0,1%</b>	<b>72</b>	<b>0,03%</b>	<b>226</b>	<b>315%</b>
<b>Investimentos do Plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.432</b>	<b>3%</b>	<b>(5.432)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>0,4%</b>	<b>(955)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>767</b>	<b>0,4%</b>	<b>(767)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188</b>	<b>0,1%</b>	<b>(188)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.476</b>	<b>2%</b>	<b>(4.476)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Transferências de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.476</b>	<b>2%</b>	<b>(4.476)</b>	<b>(100%)</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>216.730</b>	<b>100%</b>	<b>216.069</b>	<b>100%</b>	<b>662</b>	<b>0,3%</b>

Fonte: Relatório e Contas da Universidade do Porto, 2016 , Disponível em:

[https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_gessi\\_docs.download\\_file?p\\_name=F-](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F-)

[781313601/Relatorio de Atividades e Contas UP 2016.pdf](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F-781313601/Relatorio de Atividades e Contas UP 2016.pdf), acedido a 26/09/2017

Existem várias opções para apoiar estudantes com limitações de financiar a formação, quer ao nível da graduação, quer ao nível de pós-graduação (cursos de especialização, mestrados, doutoramentos, pesquisas pós-doutorais, etc.), que concedem bolsas de estudos, entre os quais identificamos os seguintes: Fundação CAPES; Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT); Instituto Camões; Comissão Fulbright; Fundação Luso-Americana; Fundação do Oriente; Embaixada da República Federal da Alemanha; Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Cidade de Lisboa; Fundação Eugénio de Almeida; Fundação Rotária Portuguesa; Associação Duarte Tarré e Fundação Millennium BCP<sup>7</sup>.

O mercado bancário oferece uma variedade de produtos e serviços bancários dirigido especificamente para estudantes do ensino superior e para jovens em idade escolar em geral, com determinadas isenções e vantagens. Por exemplo, o Montepio oferece empréstimo bancário para financiar estudos ao nível de licenciatura, valorização profissional, pós-graduação, especialização, mestrado, doutoramento, MBA, frequentados no país para as licenciaturas e valorização profissional, enquanto para os outros níveis tanto a formação pode ser oferecida por uma universidade portuguesa, quer estrangeira. O reembolso só começa quando o beneficiário terminar a sua formação, a prestação do reembolso é segundo o orçamento do beneficiário, a taxa de juro está 2.5 a 3.5% ano. Adicionalmente os estudantes têm passes com taxas moderadas nos transportes públicos.

Portanto, pode-se concluir que o financiamento do ensino superior em Portugal é diversificado, atende os grupos vulneráveis e o sistema financeiro oferece serviços e produtos bancários que respondem a procura dos estudantes para complementar o financiamento da formação superior.

- 
- <sup>7</sup> Note que algumas dessas bolsas só estão disponíveis a cidadãos portugueses, outras incluem cidadãos da CPLP. A lista das instituições foi extraída do Site da Eurodicas, disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/estudar-em-portugal-de-graca/>, acedido 6/10/2017, 3h27m.

### 3.3.5. – A Experiência Brasileira

Os brasileiros assumem que o ensino superior é um bem público, deve ser providenciado a custo zero aos utentes das instituições de ensino superior públicas, ou seja, o ensino superior público é totalmente grátis, não há comparticipação por parte dos beneficiários, excepto as taxas de inscrição, material escolar. Entretanto, segundo Duenhas (2013), o ensino universitário provado no Brasil tem crescido substancialmente, devido particularmente a incapacidade do ensino superior absorver todos os que procuram pelo ensino superior público.

Existe no Brasil uma série de programas que apoiam os estudantes do ensino superior, concedendo bolsas de estudo. Identificaram-se os seguintes programas: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), cujo objectivo é financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação. Para candidatar-se ao FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições pagas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos avaliativos do Ministério de Educação; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PBID) oferece bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam a trabalhar no magistério da rede pública de ensino; O Programa Universidade para Todos (ProUni), sua finalidade é conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior; O Projecto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) pretende fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O programa oferece apoio financeiro (no valor de um salário mínimo mensal) para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior.

Verifica-se assim que apesar do peso cada vez crescente das instituições de ensino superior privado, existe um programa que suplementa o pagamento de propinas,

através da concessão de bolsas de estudos, condicionada ao desempenho do estudante.

O mercado financeiro oferece um número considerável de produtos e serviços bancários, desde empréstimos em condições e taxas de juro mais favoráveis dirigidas especificamente aos estudantes, as contas bancárias que se isentam de encargos ou despesas bancárias de manutenção de depósitos. Vários bancos oferecem também empréstimos bancários para o financiamento de estudos ao nível de licenciatura, cursos de aperfeiçoamento profissional, cursos de pós-graduação, cursos de especialização, mestrados, e doutoramentos.

A apresentação do reporte financeiro das universidades brasileiras difere muito das suas congéneres de Portugal, África do Sul e Canadá. Os relatórios são auditados, pela controlaria da União, congénere do Tribunal de Contas. Portanto, apenas na óptica do serviço público, não na perspectiva do OGE, as receitas não são desagregadas em fontes, dando maior ênfase na descrição das actividades. Verifica-se uma base pouco diversificada se comparado as universidades portuguesas e sul-africanas, que aparentemente estão ao mesmo nível.

**Quadro nº 3.3.5 – Estrutura de Receitas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Categoria	Origem	Dados Orçamentários			Receita Lançada (R\$)	Detalhamento
		Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)	% Realizado		
RECEITAS CORRENTES	RECEITA PATRIMONIAL	48.408.669,00	47.436.547,61	97,99	0,00	Por Espécie/Rubrica
RECEITAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	520.276,00	6.419.170,47	1.233,80	0,00	Por Espécie/Rubrica
RECEITAS CORRENTES	RECEITA DE SERVIÇOS	8.198.753,00	5.635.083,66	68,73	0,00	Por Espécie/Rubrica
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	RECEITA DE SERVIÇOS	2.431.409,00	567.566,31	23,34	0,00	Por Espécie/Rubrica

Fonte: Portal da Transparência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disponível <http://www.portaldatransparencia.gov.br/receitas/consulta.asp?idHierarquiaOrganizacao=157744&idHierarquiaDetalhe=0&idDirecao=1&idHierarquiaOrganizacao0=1&idHierarquiaOrganizacao1=153939&idHierarquiaOrganizacao2=154103&idHierarquiaDetalhe0=0&Exercicio=2016>, acessado em 06/10/2017: 9:15

Entretanto, convém referir que mais de 22 universidades brasileiras estão entre as melhores do mundo no Ranking mundial da Quacquarelli Symonds (QS).

### 3.3.6. – A Experiência Canadiana

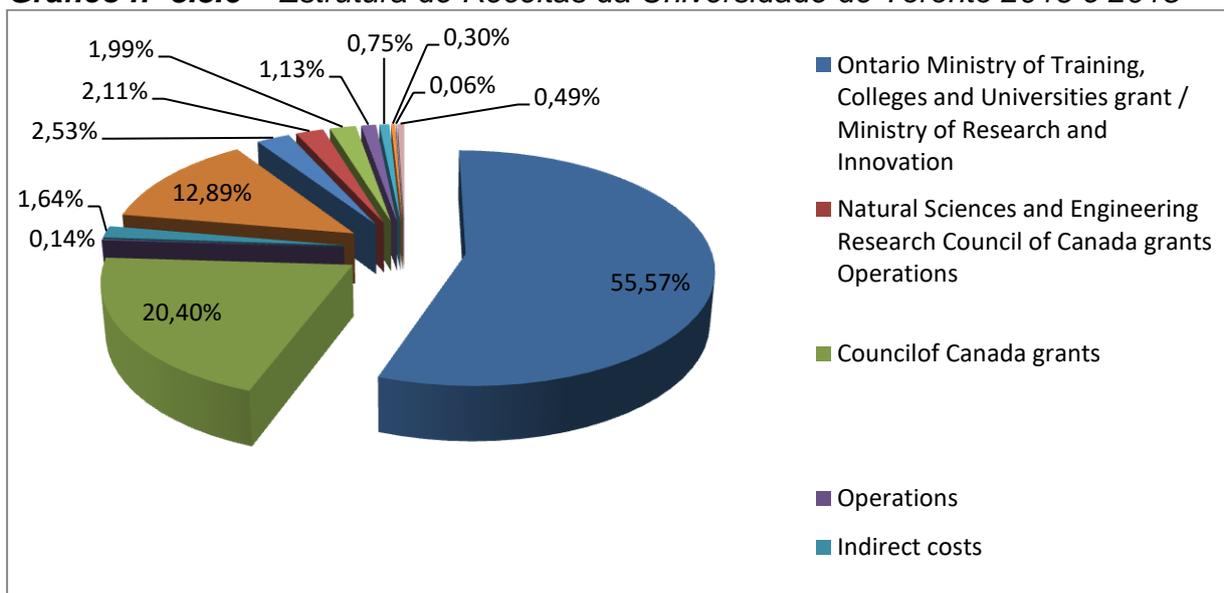
O Canadá tem o sistema de financiamento do ensino superior devidamente estruturado, como consequência, as principais universidades canadianas, estão no topo do ranking das melhores universidades do mundo, segundo o Ranking do Shangai de 2017. O Canadá é uma federação, o ensino superior está sob égide do Governo Provincial ou Estadual, que também se apresenta como o maior contribuinte, mas a base é substancialmente diversificada, como se pode constar da estrutura de receitas da Universidade de Toronto de 2015/2016. A estrutura de receitas é a que se apresenta no Quadro nº 3.3.6, onde se observa uma efectiva diversificação de receitas, mas que as entidades públicas assumem um peso notável.

Quadro nº 3.3.6 – Estrutura de Receitas da Universidade de Toronto 2016 e 2015

RUBRICA	2016 \$M	%	2015 \$M	%
Ontario Ministry of Training, Colleges and Universities grant / Ministry of Research and Innovation	3 185 726	55,57%	2 096 066	43,05%
Natural Sciences and Engineering Research Council of Canada grants Operations				
Council of Canada grants	1 169 300	20,40%	1 127 109	23,15%
Operations	8 026	0,14%	202 291	4,15%
Indirect costs	93 902	1,64%	60 592	1,24%
Institute Innovation Platform	738 841	12,89%	701 928	14,42%
Sponsoring	144 764	2,53%	233 356	4,79%
National Science Foundation	120 792	2,11%	91 473	1,88%
Other Scientific program grants	113 832	1,99%	115 093	2,36%
Donations	64 873	1,13%	143 771	2,95%
Publications	43 111	0,75%	41 907	0,86%
Investment income	17 242	0,30%	26 454	0,54%
Math Education Program grant	3 700	0,06%	4 200	0,09%
Miscellaneous	28 219	0,49%	24 887	0,51%
	<b>5 732 328</b>	<b>100%</b>	<b>4 869 127</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Relatório e Contas Universidade de Toronto, exercício terminado 31 de Março 2016, disponível em <http://www.fields.utoronto.ca/sites/default/files/2015-16%20Fields%20Annual%20Report.pdf>, acedido 25/09/2017, 08:05

**Gráfico nº 3.3.6 – Estrutura de Receitas da Universidade de Toronto 2016 e 2015**



Note-se que as universidades canadianas, quer as tuteladas pelo Estado, quer as tuteladas por entidades privadas têm o estatuto de organização não-governamental (ONG), regem-se pelas normas das organizações do terceiro sector, ou seja, o objectivo primário não é o lucro, sendo uma ONG, o Estado injecta ou financia como instituição que presta um serviço público, assim diluindo a discriminação que emerge no caso da exclusão de cidadãos por falta de vagas. Uma outra nota importante é que sendo uma instituição que não persegue o lucro, dependente de financiamento de terceiros, o reporte da variação do património, a forma como os recursos disponíveis são geridos e alocados é um factor crítico de sucesso importante. Os dados que acabamos de apresentar provêm de um relatório e contas, com um balanço, relatório de operações (demonstração de resultados) e fluxo de caixa, acompanhado das respectivas notas, e o relatório do auditor, como determinam as normas contabilísticas para entidades sem fins lucrativos.

Em termos de serviços e produtos bancários para financiar os estudantes existe uma infinidade de ofertas. Mas vale referir o Retirement Education Saving Plan (RESP), pelo facto de ser instrumento através do qual o Estado incentiva a poupança das famílias para o financiamento da educação. O RESP se assemelha à um depósito juvenil a prazo existente no mercado angolano. Porém, o RESP é participado pelo Estado, igualando o depósito dos titulares do depósito. Por exemplo, se o titular deposita 500 dólares, o Estado iguala o depósito, com a condição de que o dinheiro

só poderá ser pago à uma IES, ou pago, à empresa que vende equipamento e material escolar. Portanto o depósito cresce pelos depósitos e pela capitalização do juro, por se tratar que o depósito é aplicado em fundos mutuários.

Na eventualidade de o estudante não possuir nenhuma alternativa para financiar a sua formação pode recorrer, na província de Ontário, a *Ontario Student Assistance Program* (OSAP). Este programa serve de intermediário entre o estudante requerente do empréstimo e o banco comercial designado. A OSAP inclui no pacote da assistência um subsídio a fundo perdido, que o estudante recebe em numerário, para cobrir as despesas do material escolar. A parte que diz respeito às propinas é paga directamente a IES. O Estado através da OSAP garante a dívida e suporta os encargos financeiros enquanto o estudante estiver activo com aproveitamento. O estudante perde o apoio da OSAP se não tiver aproveitamento. A dívida à OSAP é de reembolso obrigatório. Creio ser uma experiência possível de ser adaptada à realidade angolana.

## **IV.- Conclusão e Recomendações**

### **4.1. Conclusão**

O contacto com a problemática do financiamento do ensino superior leva-nos a concluir o seguinte:

- Presentemente, os produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado são pouco atraentes, para se constituírem complemento do financiamento do ensino superior, devido ao ambiente de altas taxas de juro, pelo que, a problemática do financiamento do ensino superior tem que ser vista no quadro das reformas estruturais da economia globalmente, visando a estabilidade macroeconómica, que proporcione baixas taxas de juro, sem o qual será muito difícil, em termos reais, diversificar as fontes de receitas das IES's em Angola;
- Ficou demonstrado que as fontes de financiamento tradicionais não são suficientes para atender a procura cada vez crescente do ensino superior e satisfazer a necessidade premente de melhorar a sua qualidade, pelo que, se impõe a definição urgente de uma estratégia da diversificação das fontes de

financiamento do ensino superior e a definição de um quadro legal que permita sustentar a reforma;

- As experiências de outros países descritas indicam que o reporte transparente da variação do património e do desempenho das IES's, é extraordinariamente importante.

## 4.2. Recomendações

A oportunidade de realizar a presente reflexão em torno do papel que as instituições financeiras podem desempenhar no complemento do financiamento do ensino superior em Angola, sugere fazer as seguintes recomendações:

1. O Estado deve aprofundar a reforma estrutural da economia, para que a inflação baixe a níveis de um dígito, assim permitir a redução das taxas de juro;
2. É imprescindível a aceleração da institucionalização e a regulação da partilha de custos entre o Estado e as famílias, promulgando legislação apropriada, salvaguardando os interesses dos grupos vulneráveis;
3. Diversificar as fontes de financiamento através da dinamização da componente das fontes internas de receitas, pela via de acções de empreendedorismo nas IES's.

## V.- Bibliografia

BLOOM, David, CANNING, David and CHAN, Kevin. Higher Education and Economics Development in Africa, Harvard University, 2006, disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/no\\_66.pdf](http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/no_66.pdf), 15/04/2017: 6:08;

CABRITA, Silvina da Silva. A Estrutura de Financiamento das Escolas de Saúde do Ensino Superior Politécnico, Relação com a Procura, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, 2010.

CERDEIRA, Maria Luísa. O Financiamento do Ensino Superior Português; A Partilha de Custos. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Universidade de Lisboa, 2008, Disponível em:

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269\\_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf), acessido 18/04/2017, 6:24.

CRUZ, Maria João Marques da, Financiamento do ensino superior em Portugal: Repensar o modelo em função do desempenho. Disponível em: [https://www.repository.ul.pt/bitstream/10400.5/6515/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Financiamento\\_ensino\\_superior\\_desempenho.pdf](https://www.repository.ul.pt/bitstream/10400.5/6515/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Financiamento_ensino_superior_desempenho.pdf), 20/09/2017, 20:36

DUENHAS, Rogério Pedro (2013). O Compartilhamento de Financiamento das Instituições Públicas de ensino Superior: análise empírica utilizando os microdados do INEP, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Disponível em: [http://www.economia.ufpr.br/Pos%20Graduacao/ROGERIO\\_ALLON\\_DUENHAS.pdf](http://www.economia.ufpr.br/Pos%20Graduacao/ROGERIO_ALLON_DUENHAS.pdf), acessido 04/10/2017, 1135.

GOVERNO de Angola, Decreto-Lei nº 90/09, de 15 de Dezembro, inserido no Diário da República, I Série nº 237. Estabelece as normas gerais que regulam o subsistema do ensino superior, Luanda, Angola, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de, e AMARAL, Nelson Cardoso, o Financiamento Público da Educação Superior Brasileira: Mudanças e Desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, V. 19, jul./dez. 2003.

JACOB, Merle, Research Funding Instruments and Modalities: Implication for Developing Countries, Lund University, Sweden, 2006;

JONGBLOED, Ben. Funding Higher Education: A View Across Europe. Center for Higher Education Policy Studies, University of Twente, The Netherlands, 2008, disponível em: [https://www.utwente.nl/bms/cheps/publications/Publications%202010/MODERN\\_Funding\\_Report.pdf](https://www.utwente.nl/bms/cheps/publications/Publications%202010/MODERN_Funding_Report.pdf)

MENDES, Maria da Conceição Barbosa R., e SILVA, Eugénio Alves. Avaliação, Acreditação e Gestão do Ensino Superior Em Angola: Percepções, Desafios e Tendências, Universidade do Minho, Braga, 2012.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Reforma e modernização do ensino superior em Portugal, 2005-2011, Síntese de acções de política e principais resultados, Lisboa, Junho 2011.

NASCIMENTO, Ana Margarida da Silva do. Financiamento do Ensino Superior Público Português: A Diversificação das Fontes, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2011; Disponível em: <http://www.ie.ulisboa.pt/?s=Ana+Margarida+da+Sila+do+Nascimento%2C+Financiamento+do+Ensino+Superior+Publico+Portugu%C3%AAs%3A+A+diversifica%C3%A7%C3%A3o+de+Fontes.pdf>, acessido em 15/04/2017, 6:10.

OCDE. Funding Systems and Their Effects on Higher Education Systems, Country Study - Germany, Bavarian State Institute for Higher Education Research and Planning, 2006.

UNESCO, Institute of Statistics. Higher Education in Sub-Saharan Africa – A Statistic Portrait, UIS Workshop on Education Statistics, Windhoek, 17-21 October, 2010.

Disponível em:

[http://www.uis.unesco.org/StatisticalCapacityBuilding/Workshop%20Documents/Education%20workshop%20dox/2010%20Windhoek%20-Regional%20Workshop%20on%20Education%20Statistics%20for%20South%20and%20Eastern%20Africa/Higher%20Ed\\_GED\\_SSA.pdf](http://www.uis.unesco.org/StatisticalCapacityBuilding/Workshop%20Documents/Education%20workshop%20dox/2010%20Windhoek%20-Regional%20Workshop%20on%20Education%20Statistics%20for%20South%20and%20Eastern%20Africa/Higher%20Ed_GED_SSA.pdf), 15/04/2017: 15/04/2017

WORLD BANK, Accelerating Catchh-Up: Tertiary Education for Growth in Sub-Saharan Africa, Whanshigton DC, 2008, disponível em [http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Synopsis\\_EN\\_FINAL.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTAFRICA/Resources/Synopsis_EN_FINAL.pdf), 15/04/2017, 05:58.

\*\*\*\*